

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS  
Curitiba-PR - Brasil

---

LUGAR DE FALA: POSSIBILIDADES E IMPLICAÇÕES PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

**Danielly Mendes dos Santos** (UFMG) - dannymendes canal@gmail.com

*Tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos, Mestranda em Administração FACE/UFMG*

**Ricardo Vinicius Cornélio dos Santos e Carvalho** (UFMG) - rvccarvalho@gmail.com

*Administrador, Economista, Mestrando em Administração FACE/UFMG*

**Ana Flávia Rezende** (UFMG) - anaflaviarezende@gmail.com

*Administradora pela UFOP, Mestre em Administração pela UFLA, Professora Substituta na UFOP e Doutoranda em Administração na UFMG*

**Carlos Gustavo Assis** (UFMG) - carlosgustavoassis@gmail.com

*Administrador, Mestrando em Administração FACE/UFMG*

## 1 INTRODUÇÃO

Começamos este trabalho sobre lugar de fala, com uma citação de Lélia Gonzales em *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1984), com o intuito de situar o nosso lugar de fala, “ou seja, o lixo vai falar”. Gonzales (1984) exemplifica com esta frase emblemática, o risco que assumimos ao falar e todas as suas consequências, tendo como certeza que “porque temos sido falados, infantilizados, que neste trabalho assumimos nossa própria fala” (GONZALES, 1984, p. 3).

Assumimos aqui, o papel de intelectuais que trabalharão com ideias que podem servir de estímulo para a transformação da nossa consciência, tendo a noção de que, quando este trabalho emerge da nossa preocupação com a mudança social, ele também está dirigido para as necessidades das pessoas e de outros intelectuais (HOOKS, 1995), que como nós, também possuem seu lugar de fala, e que podem desconhecer as implicações de falar de um lugar específico.

O conceito de lugar de fala tem se tornado algo discutido cotidianamente, principalmente nas redes sociais, onde membros de grupos historicamente silenciados têm utilizado de narrativas para dar voz aos seus saberes e experiências. O ambiente virtual também propicia disputas e rachaduras nas narrativas hegemônicas, uma vez que, quando sujeitos não pertencentes a locais privilegiados utilizam deste ambiente para contar a sua história, estão suscetíveis a serem considerados hostis, por estarem rompendo com um ciclo de silenciamento (RIBEIRO, 2017).

Tendo em vista a importância da continuação com a ruptura destas narrativas hegemônicas, traremos neste trabalho vozes ímpares para a construção do conceito de lugar de fala. Este conceito tem como base o feminismo negro e consequentemente estudos de mulheres negras (COLLINS, 1997, 2000; GONZALES, 1984; HOOKS, 1995; KILOMBA, 2010; RIBEIRO, 2017) que lutaram e lutam destemidamente, para ocupar um lugar a elas historicamente negado. Deste modo, no presente ensaio, além de autores importantes para a construção da base teórica, iremos referenciar as autoras com nome e sobrenome, para que possamos reconhecê-las como mulheres que produzem saberes a partir de suas experiências e insurgências, e que falam de um lugar específico.

No livro *O que é: Lugar de Fala?*, sua autora, Djamila Ribeiro (2017), de forma perspicaz, reúne os principais conceitos acerca do tema e provoca os leitores a realizarem reflexões sobre as diversas possibilidades de abordagem do lugar de fala. Por meio das provocações da autora, decidimos, então, pensar o lugar de fala e suas implicações para os estudos organizacionais.

A autora supracitada discorre sobre a construção do conceito e indica um aspecto em comum entre as discussões sobre o tema, observando que o lugar de fala tem, como ponto central, a ruptura com o regime de autorização discursiva vigente, ou seja, não são as narrativas dos grupos discriminados que instituem o regime de autorização e sim estes regimes que estão instituídos contra esses grupos (RIBEIRO, 2017). Desta forma, o conceito de lugar de fala pode se tornar uma ferramenta para a descontinuação de vozes hegemônicas, rompendo com a ilusão de que todos partimos de uma condição universal de acesso à fala e à escuta (KILOMBA, 2010; RIBEIRO, 2017).

Deste modo, o presente ensaio teórico tem como objetivo refletir acerca da questão do lugar de fala no que se refere a suas implicações e possibilidades para a área dos estudos organizacionais, explorando como recorte a problemática da autorização discursiva.

O presente ensaio foi estruturado em quatro partes, além da presente introdução. A primeira sessão tem como intuito elucidar o conceito de lugar de fala. Posteriormente, são apresentados os pressupostos do regime de autorização discursiva explorando a existência de uma epistemologia dominante que determina quem pode falar e quem será ouvido. Na terceira sessão busca-se lançar luz sobre as implicações e possibilidades de se pensar o lugar de fala no campo dos estudos organizacionais. Por fim, reúnem-se algumas considerações acerca do lugar de fala e suas implicações para os estudos organizacionais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Antes de discorrer sobre a base teórica deste ensaio, do mesmo modo que Ribeiro (2017), ressaltamos que ao utilizarmos as palavras discurso e verdade, estaremos utilizando a noção foucaultiana deste termos, que nos ajudará a compreender o regime de autorização discursiva. Isto é, ao falarmos de discurso e verdade, estamos nos referindo ao sistema que estrutura o imaginário social, e conseqüentemente, das estratégias que regem as relações de poder. Deste modo, para aprofundarmos no regime de autorização discursiva traremos os conceitos formulados pelo autor.

### **2.1 Mas afinal, o que é lugar de fala?**

A expressão lugar de fala não nos soa estranha quando nos lembramos das discussões realizadas a todo o momento nas redes sociais. É de se presumir que diversas pessoas já leram algo como: “fique quieto, esse não é seu lugar de fala”. Em meio a essas discussões, críticas à teoria de lugar de fala surgem, visto que há um esvaziamento deste conceito tão importante (RIBEIRO, 2017). Diante disso indagamos: mas afinal, o que é lugar de fala?

Sem uma origem teórica demarcada ou uma epistemologia fundante, Ribeiro (2017) especula que o conceito pode ter surgido através das produções teóricas sobre o *feminist stand point*, que busca teorizar a partir da perspectiva decolonial e a teoria racial crítica. Tendo como base os trabalhos produzidos sobre esta teoria e o caminho sugerido por Ribeiro (2017), iremos construir aqui os fundamentos do conceito de lugar de fala.

Para se compreender a base deste conceito, é importante conhecer a teoria do *feminist stand point* que literalmente pode ser entendida como *ponto de vista feminista*. Segundo Sueli Carneiro (2003), a teoria está centrada em um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por grupos que possibilita um ângulo particular de visão de si, que diante da sua continuidade, transcendem as experiências individuais. Patricia Hill Collins (1997), ao refutar as críticas que a teoria recebe, conclui que ela evidencia menos as experiências individuais e enfatiza as condições sociais que constituem os grupos em que estes indivíduos estão inseridos. Segundo a autora, uma mulher branca, por exemplo, terá experiências diferentes de uma mulher negra, pelo fato de pertencerem a uma localização social diferente.

Diante da concepção da teoria do ponto de vista feminista, é importante compreendermos a localização social dos grupos, a partir das relações de poder (COLLINS,

1997). Deste modo, opressões de gênero, raça, classe, como elementos interseccionais (LUGONES, 2014), surgem como dispositivos básicos da estrutura social, que favorecem a desigualdade e a discriminação de grupo. Ressaltando que, para essa perspectiva, não são as decisões tomadas pelos indivíduos desses grupos que criam a discriminação, mas a localização social comum nas relações hierárquicas de poder (COLLINS, 1997). Segundo Ribeiro (2017), as críticas ao conceito de lugar de fala, partem da inversão desta premissa, diferentemente dessa posição, elas tomam os indivíduos e não as diversas circunstâncias que se convertem nas desigualdades e hierarquias que localizam os grupos marginalizados.

Assim, vemos que, nas narrativas dominantes construídas sobre a inversão dessa premissa da localização social, as experiências dos grupos localizados de forma socialmente hierarquizada são mantidas em um lugar silenciado estruturalmente, o que faz com que suas produções intelectuais, vozes e saberes, sejam tratadas de forma igualmente marginalizadas. Essas posições hegemônicas não demonstram, de forma alguma, que esses grupos marginalizados não criam ferramentas para romper com esses silêncios, somente que essas condições dificultam sua visibilidade e legitimidade. Deste modo, é preciso incluir a localização social nesse debate, e uma maneira de se fazer isso é falar de lugar de fala a partir do *feminist stand point*:

“Não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive até de quem tem mais acesso á internet. (RIBEIRO, 2017, p. 64)

Não basta, no entanto, apenas reconhecer a localização social na produção dos saberes, porque em certas situações isso é feito como modo de desautorização ao invés de legitimação, um exemplo típico ocorre quando se é apontado, nos debates virtuais, que tal pessoa está falando a partir das vivências dela, e os comentaristas envolvidos se valem disso para diminuir a importância da localização social deste indivíduo, buscando demonstrar que suas experiências são incapazes de explicar uma série de questões (RIBEIRO, 2017). Sem dúvidas, para Collins (1997) a experiência individual importa, mas o ponto central é exatamente buscar compreender as circunstâncias sociais que constituem o grupo do qual o indivíduo faz parte, e quais são as experiências que ele partilha ainda com o grupo.

Segundo Gonzales (1984) se faz necessário pensar que o lugar em que nos situamos, definirá nossa interpretação sobre os fenômenos. Assim, como salienta Ribeiro (2017), o fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir criticamente sobre as consequências do racismo e poder até vir a afirmar que nunca o sofreu. Mesmo diante da afirmação deste indivíduo, não faz com que, ele por sua localização social, não tenha desfrutado de menos oportunidades e direitos, consequências do racismo institucional.

Este então, se torna o maior equívoco quando se pensa em lugar de fala, a confusão entre representatividade e lugar de fala. Falar a partir de lugares significa também romper com a lógica que somente os marginalizados e subalternizados falem de suas localizações, fazendo com que aqueles que estão nas posições de domínio, inseridos nas normas hegemônicas, ao

menos se pensam. Por exemplo, homens brancos cis, devam também estudar a branquitude e a cisgeneridade. “Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugar de fala, pois estamos falando de localização social” (RIBEIRO, 2017, p. 86).

Outro exemplo citado por Ribeiro (2017) para compreendermos o lugar de fala e a representatividade é sobre a ótica das travestis. Segundo a autora, uma travesti negra, pode não se sentir representada por um homem branco cis, teorizado sobre a realidade das pessoas travestis e trans, a partir do lugar que ele ocupa. Se existem então poucas travestis negras teorizando sobre sua realidade, se torna legítimo o fato de que exista uma luta para que elas possam ter escolhas em uma sociedade que tende a confiná-las em um determinado lugar. Assim, a autora acredita que não pode haver uma desresponsabilização do sujeito que está no lugar de poder.

Deste modo, na produção de conhecimento, ambos os grupos, podem e devem questionar as opressões sofridas pelos grupos subalternizados, levando em consideração que falar não se limita ao ato de dizer palavras, mas de poder existir (RIBEIRO, 2017). Dessarte, discutiremos, no próximo tópico, como pensar o lugar de fala é importante para romper com o regime de autorização discursiva que se institui por meio de uma epistemologia dominante.

## **2.2 Epistemologia dominante e o regime de autorização discursiva: quem pode falar o que?**

Quando o discurso que está sendo proferido é em prol da conquista de direitos para um grupo específico, ele está associado a uma categoria política que luta e denúncia o apagamento desses grupos. O que está em disputa neste contexto é a necessidade de evidenciar vozes que foram ignoradas, mas que já falavam há muito tempo (RIBEIRO, 2017).

Nesta perspectiva, Gonzales (1984) critica a hierarquização dos saberes, que era objeto da classificação racial da população. A autora em sua obra reconhece que quem possui privilégio social, possui o privilégio epistêmico, posto que o paradigma respeitado e universal da ciência é branco. Como resultado dessa hierarquização, foi conferido como conhecimento válido e dominante a epistemologia eurocêntrica, invisibilizando outras formas de produção de conhecimento. Assim, a autora nos dá uma indicação de quem pode falar ou não, e quais vozes são legitimadas e quais não são.

Gonzales (1984), ao refletir sobre a existência de mulheres indígenas e negras no movimento feminista hegemônico, critica o fato de estas feministas estarem reproduzindo um feminismo europeu, sem se atentarem para a realidade dessas mulheres em países colonizados. A autora atesta o valor do feminismo como teoria e prática, mas que faltava incorporar um grave tipo de discriminação, a violência de caráter racial. A autora supracitada, em seu texto, busca romper em alguns momentos com o paradigma dominante da gramática normativa, quando diz: “onde ele reforça todas as babaquices que diz da gente, citando um autor francês em francês (só que a gente traduz)” (GONZALES, 1984, p. 234, grifo nosso). Assim ela ressalta que quando intitulam algumas pessoas de ignorantes por elas trocaram a letra l pelo r nas palavras, estes estão ignorando a marca linguística de um idioma africano onde o l inexistente, desta forma, indagando quem realmente é ignorante.

Este movimento, para a autora, demonstra como é imprescindível a reflexão sobre como a linguagem dominante é capaz de ser utilizada para a manutenção do poder, pois, deste

modo, deixa de incluir os indivíduos que não tiveram acesso ao sistema educacional justo, criando assim mais lugares de poder.

A noção foucaultiana de discurso, nos ajuda a compreender estas relações de poder. Segundo Foucault (1998), as estratégias discursivas devem obedecer a regras estabelecidas para serem legitimadas e autorizadas. O autor denomina de *rarefação* os métodos pelos quais as premissas de funcionamento dos discursos, estabelecem certa quantidade de regras, assim, não permitindo que todos tenham acesso a eles.

Ao refletir sobre esse regime de autorização discursiva, Linda Alcoff (2016) crítica o fato de haver a determinação de uma epistemologia universal que ignora os saberes tradicionais. A autora salienta a ampla necessidade de um debate reconstrutivo sobre a verdade, e de uma discussão reconstrutiva de como e por quem o conhecimento é produzido, ressaltando que questões epistemológicas devam ser abordadas na próxima era do pensamento e da prática revolucionária.

A produção de um conhecimento libertador é a peça central para a próxima fase da luta revolucionária. Seguindo Alcoff (2016), o positivismo, o cientificismo, o elitismo, o eurocentrismo e a autoridade masculina devem ser desestabilizados para dar lugar a uma nova forma de produção do conhecimento. E assim, situar no centro das discussões a sistemática desautorização que impossibilita as perspectivas interpretativas dos povos do Sul global, inibindo as colisões epistêmicas críticas que podem gerar novas soluções na formulação de novos conhecimentos.

Francesca Gargallo (2014) em *Feminismos Desde Abya Yala*, afirma que a epistemologia se tornou uma teoria que, no ocidente, protege uma norma estabelecida e que de forma alguma deve ser questionada, que tem a intenção de moldar o comportamento de povos subjugados pela colonização e que ao mesmo tempo busca encobrir os artifícios utilizados pela sociedade ocidental para diminuir e controlar histórias, seus direitos e suas concepções do mundo.

Alcoff (2016) então realiza diversas indagações a respeito de uma “epistemologia mestre” que como já citado, rejeita os saberes tradicionais e que presume o direito de julgar, por exemplo, o conhecimento gerado em diversas localizações culturais e sociais. Tendo assim, tornado importante, reflexões sobre as reivindicações de conhecimento e saber que se aprofundem na localização social e cultural dos saberes (ALCOFF, 2016).

A recusa em se empenhar em um trabalho que busque reconstruir uma epistemologia que vá além do ceticismo crítico é denominada por Alcoff (2016) como um “obstáculo epistemológico”, que impede que sejam criadas novas maneiras de se fazer verdadeiras reivindicações que são responsáveis pela realidade política. Para que essa realidade seja reestruturada, um trabalho que envolva a reavaliação dos saberes e conhecimentos ignorados e que esclareça os princípios das demandas de adequação ou de aperfeiçoamento epistêmico deve ser realizado (ALCOFF, 2016).

Essas reivindicações do conhecimento esbarram na filosofia e na produção de verdade; assim, devemos avaliar todas as explicações que podem contrastar teorias de justificação da mesma maneira que precisamos analisar o que significa dizer que algo é verdadeiro. Este movimento, então, resulta em um projeto de “descolonizar a epistemologia” que propõe uma explanação da relação entre considerações normativas e política. Esta epistemologia política,

então, poderia produzir uma formulação de um novo projeto epistemológico (ALCOFF, 2016).

Entretanto, a epistemologia dominante tenta a todo custo colonizar as reivindicações de conhecimento e a preservação do domínio ocidental da verdade, da racionalidade e das virtudes intelectuais. Deste modo, a atribuição da epistemologia não diz respeito somente ao pleito de como o conhecimento é produzido, mas também, de como a pretensão de credibilidade é distribuída, de como os objetos de análise serão delimitados e de quem é autorizado a produzir conhecimento (ALCOFF, 2016).

Grada Kilomba (2010) em sua obra *Plantation Memories* aborda as maneiras como esse conhecimento é produzido e destaca a importância da interrupção do regime de autorização discursiva descrevendo hierarquias instituídas pelo discurso autorizado. Segundo a autora, a definição de conhecimento não se limita a um trivial exame “apolítico” da verdade, sendo na realidade a reprodução de relações de poder de gênero e raciais, as quais não determinam apenas o que é verdadeiro, mas também em quem acreditar. Assim, o que seria susceptível de se transformar em conhecimento, transfigura-se em toda a epistemologia que espelha os interesses particulares de uma sociedade colonial, branca e patriarcal.

Kilomba (2010), ao se referir à epistemologia dominante, elucida o conceito do termo, que segundo a autora é a combinação da palavra grega *episteme* que significa conhecimento, com a palavra *logos* que significa ciência. A ciência da obtenção do conhecimento, então determina todas as hierarquias do regime de autorização discursiva.

Utilizando o exemplo da escrava Anastácia que foi encarcerada com uma máscara que não a permitia falar, Kilomba (2010) a assemelha ao instrumento real da colonização que tinha como função implementar a mudez e o medo nas pessoas escravizadas. A autora então suscita algumas perguntas:

“Quem pode falar? Quem não pode? E acima de tudo, sobre o que podemos falar? Por que a boca do sujeito Negro tem que ser calada? Por que ela, ele, ou eles/elas têm de ser silenciados/as? O que o sujeito Negro poderia dizer se a sua boca não estivesse tampada? E o que é que o sujeito branco teria que ouvir?” (KILOMBA, 2010, p. 35)

Diante de tantas inquietações, ainda existe um medo afligido pelos colonizadores de que teriam que ouvir caso o colonizado fale, entrando assim em um enfrentamento nada confortável com as verdades desse “outro” que não deveriam ser ditas e muito menos ouvidas, mas sim mantidas em silêncio (KILOMBA, 2010).

O ato de falar nestas circunstâncias se torna então, praticamente inconcebível. Para que essas vozes sejam ouvidas, não basta apenas que falem, e elas falam, há também o constante silenciamento por intermédio de um sistema patriarcal e racista (KILOMBA, 2010; SPIVAK, 2010).

Este fato demonstra como falar e silenciar são antagônicos. Deste modo, como é possível perceber, o ato de falar se torna uma negociação por meio de quem fala e quem ouve; ou seja, para essa perspectiva isso seria o ato de autorização para quem fala. O sujeito só pode falar se sua voz for ouvida. Ser escutada vai muito além de simplesmente falar, quer dizer pertencer, então aqueles que pertencem são ouvidos, os que não pertencem não serão

escutados. A máscara então ganha um novo significado, reprimindo a chance de que colonizados consigam um dia ser ouvidos e, portanto possam pertencer (KILOMBA, 2010).

Mas afinal, o que há de tão perigoso assim, nessas pessoas falarem? Qual o perigo destes discursos se proliferarem interminavelmente? Em uma sociedade como a nossa, sabemos que existem procedimentos que perpetuam a exclusão (KILOMBA, 2010). Temos o conhecimento de que não podemos dizer o que pretendemos, que não podemos falar de tudo seja qual for a condição, “que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja” (FOUCAULT; 1998; p. 9).

Kilomba (2010, p. 27) então centra suas indagações acerca deste discurso que perpetua a exclusão. A autora questiona “quem pode ensinar o conhecimento, quem pode produzi-lo, quem é reconhecido como alguém que tem conhecimento, quem pode performá-lo e quem não pode”. A questão do saber e do conhecimento no interior dos discursos, perpassa então constantemente a vontade de verdade. Pois bem, essa vontade de verdade segundo Foucault (1998), tal como os outros sistemas de exclusão, respalda-se numa estrutura institucional. Esta estrutura reforça e conduz a vontade de verdade por mecanismos, como o sistema das bibliotecas, de livros, edição e os laboratórios de hoje. Mas ela também é reconduzida, pela forma de como o conhecimento é disposto em uma sociedade, “como é valorizado, distribuído, repartido e, de certa forma, atribuído” (FOUCAULT; 1998; p. 17).

Todas essas indagações se tornam legítimas quando pessoas demarcadas, por diversos fatores, começam a falar e articular conhecimentos, e deste modo, suas vozes são silenciadas por comentários que atuam como máscaras simbólicas. Com a finalidade de posicionar seus discursos de volta para as margens, como um conhecimento desencaminhado, enquanto o discurso do colonizador permanece no centro. Assim, a fala deles é científica e quando os colonizados falam, não é científico. Estamos lidando então, com uma hierarquia violenta, que define quem pode falar, e quem produz a verdade (KILOMBA, 2010).

Segundo Foucault (1979), a verdade produzida no mundo é graças a diversas coerções, que nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade, portanto, possui seu sistema de verdade, assim os tipos de discursos que ela adota e faz vigorar como verdadeiros fazem parte da sua "política geral" de verdade. Deste modo, elas adotam procedimentos e exigências que possibilitam diferenciar os enunciados verdadeiros dos falsos, os métodos que são respeitados para a aquisição da verdade, a forma como se válida uns e outros, e o regulamento daqueles que têm a incumbência de falar o que funciona como verdadeiro.

Kilomba (2010) salienta então que academia tende a entender que ela produz a verdade. Não se reconhecendo como um lugar de violência, que tampouco, não é um lugar neutro. A autora afirma que para se descolonizar o conhecimento, todos precisam compreender que falam de tempos e lugares característicos, a partir de realidades e histórias singulares. Reafirmando então, que não existem discursos neutros, e que quando os colonizadores atestam ter um discurso neutro e objetivo, próprio da ciência, eles não reconhecem que escrevem também de um lugar característico, que também escrevem de um lugar específico, que, certamente, não é objetivo nem neutro, mas dominante.

Escrever deste lugar dominante juntamente com o poder e com a resistência, faz dos sujeitos subalternos sujeitos impossíveis, que permanecem imperceptíveis como sujeitos, mesmo quando se fazem presentes. Situar esses sujeitos em primeiro plano é colocar-se contra tais desaparecimentos, deste modo, põe também em questão como nós pensamos o poder



(BACCHETTA, 2009). Gayatri Spivak (2010) em sua obra *Pode o Subalterno Falar?*, de 1985, já responde seu próprio questionamento concluindo que, não, o subalterno não pode falar. A autora indiana, por meio da *imolação* de viúvas na Índia, simboliza o subalterno, que está tanto aprisionado no patriarcado, quanto no colonialismo, tornando quase impensável que ele venha a ter voz.

Mesmo que o subalterno tente com toda intensidade e violência falar, ou recuperar sua voz, ela ainda não será ouvida ou compreendida pelos que estão no poder. Nessa perspectiva, o subalterno efetivamente não pode falar, pois ele está sempre confinado na condição de marginalidade e silêncio que o colonialismo estabelece (SPIVAK, 2010).

Este silêncio então simboliza a posição do subalterno como oprimido, onde as estruturas de opressão não permitem que essas vozes falem e sejam ouvidas, não fornecendo também um espaço para sua articulação. O fato não é que os subalternizados não falem ou que não possam falar, eles podem, e falam em seu próprio nome, o que existe é a dificuldade de se falar dentro do regime repressor do colonialismo (SPIVAK, 2010).

Bell Hooks (1995) em seu texto *Intelectuais Negras* realiza um movimento a fim de elucidar alguns fatores que podem motivar as pessoas negras a se tornarem intelectuais, mesmo dentro do regime opressor de uma sociedade colonialista e capitalista. Segundo a autora, ao se viver em uma sociedade anti-intelectual, os intelectuais que estão comprometidos e preocupados com mudanças sociais radicais, veem a dificuldade que seu trabalho seja visto como algo que tenha impacto significativo.

A desvalorização deste trabalho, por diversas vezes faz com que os indivíduos pertencentes a grupos marginalizados, não considerem importante o trabalho intelectual. Isto resulta em uma diferença que é socialmente aceita, que é entre qualificação acadêmica e tornar se um intelectual. Para a sociedade, qualquer pessoa poderia ensinar, mas nem todos seriam intelectuais, assim sobre os considerados intelectuais cairia o estigma de ser considerados esquisitos e até mesmo loucos (HOOKS, 1995).

O trabalho intelectual porém não está de modo algum separado da política. Ele permite compreender a realidade, o capacitando para envolver-se integralmente, sendo uma parte necessária da luta pela emancipação, no qual os esforços das pessoas oprimidas passariam de objeto, a sujeitos que lutariam para descolonizarem e libertarem suas mentes (HOOKS, 1995).

Segundo a autora supracitada, as opressões colonialistas agem de forma veemente na vida de intelectuais negras, que obscurece e desvaloriza as obras produzidas por elas. Quando estas não escolhem este trabalho por vocação, o racismo, o sexismo e a exploração de classe institucionalizados se tornam o reflexo da realidade destas mulheres que não escolheram esta atividade, por sofrerem todas estas opressões. Assim a autora questiona como as intelectuais negras ganham a vida e onde estão as produções acadêmicas dessas mulheres (HOOKS, 1995).

A autora realiza então, uma crítica ao que a compreensão ocidental considera ser o intelectual. Para ela, não é somente alguém que lide com ideias, ele deve lidar com elas com o intuito de transgredir fronteiras discursivas, e que tenha uma vital relação com uma cultura política mais ampla (HOOKS, 1995), o que pode também significar romper com o discurso de neutralidade científica (KILOMBA, 2010).

O trabalho intelectual também emerge da necessidade de defender e demonstrar a humanidade das pessoas marginalizadas, sua habilidade e capacidade de raciocinar logicamente pensar coletivamente. Isto resulta em um fardo para os alunos que estão inseridos no meio acadêmico branco, que determina muitas vezes o conteúdo e caráter da atividade intelectual negra (HOOKS, 1995), culminando na lógica de que os marginalizados devam produzir conhecimento somente sobre determinados assuntos (RIBEIRO, 2017).

Muitas vezes cabe ao intelectual afirmar que o trabalho que ele realiza é valioso. Segundo Hooks (1995) os intelectuais devem procurar fora dos lugares tradicionais o reconhecimento do valor do seu trabalho. Não se esquecendo de que a dominação e a opressão continuam a moldar as vidas de todos, sobretudo das pessoas colonizadas e marginalizadas, assim quando a atividade intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical, e é dirigido para as necessidades das pessoas, enaltece a vida do intelectual.

Assim, faz com que este lute, contra o colonialismo patriarcal branco que faz com que pessoas colonizadas tenham a dificuldade de serem reconhecidas como intelectuais (HOOKS, 1997). Em consonância com este pensamento, a afirmação de Spivak (2010) de que o subalterno não pode falar diante do colonizador, fez com que diferentes autoras feministas acrescentassem outras problemáticas ao sujeito subalternizado silenciado. Para Collins (2000), os grupos subalternizados não se identificam incondicionalmente com o colonizador, ao contrário, eles realizam sua própria interpretação da opressão que sofrem. Assim, o subalterno realiza um ativismo político que não o torna vítima passiva nem cúmplice da dominação.

Daphne Patai (2010) em seu livro *História Oral, Feminismo e Política*, acrescenta que Spivak possui razão ao contestar um modelo que presume que os intelectuais do primeiro mundo “deixam” o povo do terceiro mundo falar, já que eles sempre falaram, mas nunca foram ouvidos. A autora questiona então, no contexto de estudos com estas pessoas que contam suas histórias aos pesquisadores, que vozes serão ouvidas nos textos finais?

Diante da indagação de Patai, tendo em vista a produção de conhecimento por e sobre sujeitos subalternizados aqui levantada, cabe indagar quais as implicações e possibilidades de se pensar o lugar de fala nos estudos organizacionais? De que forma o pesquisa pode visibilizar os sujeitos subalternizados? Afinal, que vozes têm sido ouvidas na área?

Escrever deste lugar dominante juntamente com o poder e com a resistência, faz dos sujeitos subalternos impossíveis, que permanecem imperceptíveis como sujeitos, mesmo quando se fazem presentes. Situar esses sujeitos em primeiro plano é colocar-se contra tais desaparecimentos, deste modo, põe também em questão como nós pensamos o poder.

### **2.3 Lugar de Fala e suas possibilidades e implicações para estudos organizacionais**

Ao se pensar as possibilidades de aplicação do conceito de lugar de fala para a área dos estudos organizacionais, buscamos, a partir de nossas experiências e das problemáticas trazidas pelas autoras citadas, suscitar contribuições que possam agregar novas formas de produção de conhecimento para o campo. Podemos afirmar que o lugar de fala teria repercussões relevantes nos estudos organizacionais, sobretudo, no aprofundamento das reflexões relacionadas a sujeitos cuja posição de onde falam são usualmente desconsideradas,

omitidas ou diminuídas na análise organizacional. E, nesse sentido, tais lugares se relacionam normalmente às questões de raça, etnia, nacionalidade, crença ou classe, por exemplo.

Ocorre que os estudos organizacionais tradicionalmente tratam esses temas de três formas: i) negligenciando a sua relevância no contexto organizacional; ii) reduzindo esses temas a relações gerenciáveis, ou seja, a fenômenos a serem “administrados” nas organizações; iii) restringindo-os às questões de visibilidade e voz, onde os temas são pesquisados, discutidos e apresentados como maneira de tornar público, evidente e visível a todos as implicações desses temas nas organizações. É nesse ponto que o lugar de fala surge como uma quarta possibilidade, a de ir além da vocalização e da visibilidade, e trazer um aprofundamento em termos de conhecimento com a inclusão da experiência pessoal, da própria visão de mundo, da sua posição diante da realidade, alcançando nuances da realidade que as demais abordagens não conseguem capturar ou capturam apenas parcialmente.

Nesse sentido, trazer o conceito de lugar de fala passa a representar tanto uma nova perspectiva em termos de abordagem nos estudos organizacionais, como mesmo uma nova epistemologia. O conceito de lugar de fala como já mencionado, está presente nas discussões atuais e não possui uma origem teórica demarcada ou uma epistemologia fundante (RIBEIRO, 2017), mas assim como afirma Alcoff (2016) é importante pensar nas possibilidades de se pensar uma nova epistemologia. Diante disto, traremos algumas das possibilidades de utilizar o conceito para se pensar novas formas de se produzir conhecimento nos estudos organizacionais.

Diante das formas tradicionais de se escrever e conseqüentemente de publicar na academia, algumas formas de se produzir conhecimento tem sido deixado de lado. Os saberes das parteiras, as ontologias de povos originários e a prática médica de povos colonizados têm sido negligenciados pela “epistemologia mestre”, que necessita refletir sobre as reivindicações do conhecimento universal que necessitam de uma reflexão profunda sobre sua localização cultural e social (ALCOFF, 2016), Assim, através de uma metodologia qualitativa de estudo de caso por meio da história oral, os estudos organizacionais podem evidenciar a importância da realização de estudos por intermédio de relatos de experiência que coloquem os saberes dos povos tradicionais em evidência, contribuindo assim para que se resgate e se documente as práticas organizativas desses povos.

As produções acadêmicas dos sujeitos subalternizados (SPIVAK, 2010) devem também obter lugar de destaque na área. Segundo Ribeiro (2017) os sujeitos que pertencem a grupos que são historicamente marginalizados, podem escrever e falar tanto da sua realidade, tanto de outros assuntos. Devido ao regime de autorização discursiva, a eles é permitido falar somente da sua localização social. Viabilizar que essas vozes também sejam ouvidas nos estudos organizacionais, faz com que esses sujeitos, escrevam sobre diversos assuntos a partir da sua localização social.

A história oral ou as narrativas orais tem ganhado cada vez mais espaço nos estudos organizacionais, ainda assim, se faz necessário enfatizar a importância desta forma de narrativa para a área (GOMES; SANTANA, 2010). Segundo Patai (2010) a partir da história oral, é possível tentar compreender como uma pessoa elabora oralmente uma imagem de sua vida se tornando protagonista da sua própria história, deste modo, a construção da narrativa demonstra um esforço excepcional exigido do sujeito, perante os diversos problemas materiais opressores que perpassam sua a realidade cotidiana.

Considerando o potencial da história para a análise organizacional Gomes e Santana (2010) enfatizam que a história do presente tem como pressuposto o passado e que grande parte da vida das pessoas transcorre no interior das organizações. Assim, a história oral é um dado importante para se conhecer as práticas organizativas de um determinado grupo da sociedade e possibilita a compreensão das experiências de indivíduos pertencentes a grupos sociais das quais as percepções e dinâmicas comumente são excluídas da história e documentação oficiais das organizações (GOMES; SANTANA, 2010). Deste modo, se faz necessários estudos que busquem evocar a história oral de grupos historicamente marginalizados e que tiveram sua história desprezada ou esquecida pela sociedade. Sugerem-se estudos locais, regionais, com grupos e comunidades tradicionais.

Diante das sugestões aqui apresentadas, que visam demonstrar a importância de novas formas de se produzir conhecimento na área rompendo com uma epistemologia dominante, e com o regime de autorização discursiva, se torna imprescindível, questionar quais os exercícios que os pesquisadores podem fazer para simplesmente não se reduzir a “dar voz” os sujeitos subalternizados?

Patai (2010), utilizando algumas indagações sobre pesquisa feminista, evoca alguns preceitos éticos que podem nos orientar a utilizar as narrativas orais de forma que os pesquisadores não deem voz aos sujeitos. Segundo a autora supracitada, não existem histórias de vida sem significado, mas sim aquelas que ainda não nos preocupamos e que permanecem, por esta razão, obscuras. Assim, alguns grupos feministas, têm discutido que a pesquisa deve ser desenvolvida, de uma maneira ou de outra, para as pessoas que a tornaram possível.

Tendo o cuidado de não reproduzir o mundo que estamos tentando refazer, podemos e devemos questionar e confrontar nossas práticas habituais. Portanto, dilemas éticos se transformam também em dilemas políticos e que devem ser tratados como tal. Estes dilemas podem colocar os pesquisadores em dois pólos, o do mundo como ele é agora e do mundo como queremos que seja, levando o pesquisador a buscar procedimentos que reconheçam essas contradições e que busquem reduzi-las oferecendo soluções estruturais (PATAI, 2010).

Assim, não dar voz aos sujeitos da pesquisa implica em compreender que estes possuem voz, mas que ela não é ouvida. A partir das narrativas desses sujeitos, o pesquisador pode evidenciar por meio de seu trabalho, a importância de se desenvolver pesquisas que busquem evocar a história de grupos historicamente marginalizados, situando sua localização social frente aqueles sujeitos.

Refletir sobre a localização social dos pesquisadores que produzem conhecimento no campo dos estudos organizacionais se torna então importante para compreender quem está produzindo este conhecimento e para quem? Deste modo indagamos que vozes têm sido ouvidas na área?

Eliane Conceição (2009) em *A Negação de Raça nos Estudos Organizacionais* nos dá a direção para pensarmos quem são os pesquisadores do campo dos estudos organizacionais no Brasil. Segundo a autora, ao analisar as estruturas organizacionais brasileiras, vemos o reflexo da cultura da sociedade ao qual a organização está inserida. Em um país onde discussões sobre as discriminações sofridas pela população são silenciadas, a composição das organizações demonstrará as características de uma sociedade excludente que se nega a problematizar as suas diversas questões sociais.

Algumas das questões levantadas por Conceição (2009) sobre os afro-descendentes nas organizações pode nos levar a refletir quem são os pesquisadores da área. A autora questiona quem são os estudantes das melhores escolas de a administração do país e quem são os professores e professoras dessas instituições, concluindo que eles são na sua maioria invariavelmente brancos (as). Deste modo, diante do contexto social brasileiro, podemos inferir qual a localização social dos pesquisadores e professores da área.

Podendo interferir na forma que os pesquisadores observam os problemas sociais, a localização social, pode direcionar estes pesquisador a não se dar conta de questões sociais importantes para o país (CONCEIÇÃO, 2009). Assim, o conhecimento teórico produzido sobre as configurações do feminismo negro, apontam algumas formas de subverter eixos opressores da condição de gênero, raça e classe, por meio do reconhecimento social (SOTERO; 2013).

As ações afirmativas socioeconômicas e raciais no ensino superior são um caminho para reverter este quadro (GOMES, 2001). Deste modo, expandir a representatividade dos grupos minoritários em múltiplos setores, significa também ter pesquisadores de diferentes localizações sociais produzindo conhecimento na academia. Contudo, como salienta Hooks (1995), a inserção destes na academia, não elimina as chances de serem questionados sobre sua capacidade de escrever corretamente, de concluir um trabalho ou de que seu trabalho seja respeitado. Mas pode apontar caminhos para a produção de conhecimento de sujeitos que não pertencem a grupos hegemônicos, podendo assim, permitir aos estudos organizacionais compreender as práticas organizativas a partir de outra perspectiva.

Ao mesmo tempo, reforçamos a importância de uma produção intelectual responsável. Que os pesquisadores ao realizarem suas pesquisas e escreverem sobre elas, repensem sua localização social ao produzir saberes. E que ao produzirem estes saberes, poderão estimular outros pesquisadores a escolherem a atividade intelectual.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A discussão apresentada neste artigo teve como objetivo refletir acerca da questão do lugar de fala no que se refere a suas implicações para a área dos estudos organizacionais. A autorização discursiva então, se mostra uma questão importante a ser problematizada, podendo proporcionar novas visões sobre quem produz conhecimento na área e sugerir novas formas de se desenvolver pesquisas nos estudos organizacionais.

Conforme discutido neste trabalho, tradicionalmente, os estudos organizacionais abordam os temas relacionados a raça, etnia, nacionalidade, religião ou mesmo classe de três maneiras: i) negligenciando a relevância dessas questões para os estudos organizacionais; ii) reduzindo-as a relações gerenciáveis do mundo do trabalho; iii) restringindo-se à questão da visibilidade ou da vocalização, onde os grupos e indivíduos surgem na literatura organizacional como invisíveis ou “sem voz”, necessitando dos pesquisadores para representá-los e falar em nome deles, ainda que o façam de modo reflexivo.

Assim, as discussões levantadas neste trabalho, apontam para uma quarta possibilidade, a do reconhecimento de lugar de fala como uma forma de enriquecimento dos estudos organizacionais, tanto como conceito quanto como forma de conhecer o mundo, ou seja, como epistemologia. Nesse sentido, ao pesquisar, ao estudar, ao escrever, cabe sempre

demarcar quem fala, de onde fala e para quem se fala. Os sujeitos envolvidos nas pesquisas, portanto, demonstram que, além de conhecer, indicam de onde veem e até onde as suas perspectivas alcançam esse conhecimento. Nos estudos organizacionais, portanto, para além de reconhecer desigualdades, repressões, dificuldades ou invisibilidades, trata-se de aprofundar relatos, experiências e perspectivas que cuidem de todas essas questões sob um novo olhar, o olhar de quem se posiciona criticamente diante do mundo, enaltecendo suas vivências, histórias e estórias como elementos constitutivos da realidade que se pesquisa.

Necessitamos, portanto, de novas elaborações teóricas e de proposições que visem outros estudos que possam enriquecer o campo valendo-se dessa perspectiva. Diante das poucas elaborações teóricas sobre o tema, este estudo visa oferecer uma contribuição para a reflexão a respeito do silenciamento discursivo e do lugar de fala, seja no debate em ambiente virtual, seja na produção científica, seja na sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOFF, L. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Sociedade e Estado*, Brasília, n. 1, v. 31, jan./abr. 2016.

BACCHETTA, P. Co-Formacoes Co-Producoes Consideracoes sobre poder, sujeitos subalternos, movimentos sociais e resistência. In.: Orgs. TORNQUIST, C; COELHO, C. LAGO, M; LISBOA, T. *Leituras de Resistência – Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis: Mulheres, 2009.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In.: Orgs. Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora. 2003. p. 49-58

COLLINS, P. H. Comentário sobre o artigo de Hekman “Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited”: Onde está o poder? *Signs*, v. 22, n. 2, p. 375-381, 1997.

\_\_\_\_\_. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. Nova York: Routledge, 2000.

CONCEIÇÃO, E. B. A Negação da Raça nos Estudos Organizacionais. *XXXIII Encontro da ANPAD*, São Paulo, set. 2009.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GARGALO, F. *Feminismos desde Abya Yala: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Ciudad de México: Corte y Confeción, 2014.

GOMES, J. B. B. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, A. F.; SANTANA, W. G. P. A história oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a história e a administração. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 1-18, mar. 2010.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 233-244. 1984.

HOOKS, B. Intelectuais Negras. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995.

- KILOMBA, G. Who Can Speak?. In: *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag, 2010.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez. 2014.
- PATAI, D. *História oral, feminismo e política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- RIBEIRO, D. *O que é: lugar de fala?*. Letramento: Belo Horizonte, 2017.
- SPIVAK, G. *Pode o subalterno Falar?* UFMG: Belo Horizonte, 2014